

O DIREITO DE EDUCAÇÃO: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO AMBIENTE ACADÊMICO

Tainá Fernandes¹

Stefanie Maressa Oliveira Marques de Borba²

Roger Cristiano Baigorra Machado³

Resumo:

Vivemos em uma sociedade democrática onde o direito a educação é dito como igualitário, que busca atender a todos independentemente de cor, raça, credo ou classe social. Quando visa-se a importância do direito de educação a todos, deve-se primeiramente destacar a adoção de políticas públicas inclusivas que visam a modificação e transformação dos sistemas educacionais e das práticas sociais que procuram a ligação entre família, escola e comunidade. Dentro deste contexto deve-se destacar a inclusão não só de alunos considerados normais, ou sem nenhuma dificuldade especial, como também daqueles que possuem necessidades educacionais especiais, os quais vêm há muitos anos buscando pelo seu espaço tanto neste meio educacional como no meio social. Sabe-se que estes alunos com necessidades educacionais especiais carecem de uma maior atenção pois suas limitações tornam os problemas do meio acadêmico ainda maiores, e não só estes, como também as dificuldades encontradas no dia-a-dia e em atividades ditas como rotineiras. Assim, é de responsabilidade da escola adaptar seu ambiente e suas atividades para que o discente consiga obter mais êxitos e ir muito além dos seus limites. Porém, mesmo diante a este cenário de alunos com necessidades especiais e de uma rede escolar adaptada, os educadores não devem propor atividades de baixa complexidade para assim tentar diminuir as dificuldades destes indivíduos. Estes devem ser ensinados no mesmo nível dos alunos que não possuem estas necessidades, para que assim não se sintam incapazes de enfrentar tais situações, e para que não se sintam excluídos do contexto educacional e social. O presente trabalho justifica-se através da importância do estudo e do conhecimento de todo histórico e processo de inclusão no meio educacional de pessoas portadoras de necessidades especiais, como estas alcançaram o meio acadêmico e quais as maiores dificuldades encontradas no processo de ensino aprendizagem. Apresenta-se como objetivo do projeto o estudo do processo de inclusão de jovens portadores de necessidades educacionais especiais no meio acadêmico e quais as condições deste para atendimento destes indivíduos. Desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, realizada através da revisão bibliográfica disponível sobre o tema abordado. Também efetuou-se um estudo teórico-prático sobre os projetos realizados pela Universidade Federal do Pampa - Uruguaiana/RS. Neste contexto a Universidade Federal do Pampa apresenta como projeto o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NINA), o qual é um órgão suplementar, de natureza institucional,

vinculado à Reitoria da Universidade Federal do Pampa, este é o setor responsável pela articulação de ações visando contribuir com a definição, desenvolvimento e implantação de políticas de inclusão e acessibilidade na instituição. Não podemos ignorar o que está a nossa volta e faz parte do nosso cotidiano, nosso sistema educacional precisa atentar para a educação inclusiva, para a quebra do preconceito e da discriminação, precisamos que os nossos ambientes escolares sejam lugares onde o aprendizado, a educação e o tempo de cada estudante seja valorizado, para que estes se sintam pessoas capazes de viver uma vida normal, em um estado de bem-estar físico, mental e social.

Palavras-chave: INCLUSÃO; EDUCAÇÃO ESPECIAL; ENSINO APRENDIZAGEM

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

O DIREITO DE EDUCAÇÃO: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO AMBIENTE ACADÊMICO

¹ Aluno de graduação. tainaf543@gmail.com. Autor principal

² Aluno de graduação. stefaniemaressa@gmail.com. Co-autor

³ Docente. rogercbm@gmail.com. Orientador



O DIREITO DE EDUCAÇÃO: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO AMBIENTE ACADÊMICO

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade democrática onde o direito a educação é dito como igualitário, que busca atender a todos independentemente de cor, raça, credo ou classe social.

Quando visa-se a importância do direito de educação a todos, deve-se primeiramente destacar a adoção de políticas públicas inclusivas que visam a modificação e transformação dos sistemas educacionais e das práticas sociais que procuram a ligação entre família, escola e comunidade (MEC, 2006).

Dentro deste contexto deve-se destacar a inclusão não só de alunos considerados normais, ou sem nenhuma dificuldade especial, como também daqueles que possuem necessidades educacionais especiais, os quais vêm há muitos anos buscando pelo seu espaço tanto neste meio educacional como no meio social.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial CNE/2001, são considerados alunos com necessidades educacionais especiais aqueles que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, física/motora e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação (MEC, 2001).

No Brasil, por volta dos anos 90, dá-se início as discussões sobre a inclusão escolar e todo o seu modelo, este que foi considerado como um novo paradigma e foi precedido de muitas polêmicas e controvérsias, principalmente pela sua efetivação prática. Também a partir da criação deste novo paradigma surgiram muitas reações que alegavam que este método era adverso ao processo de integração (Reis e Ross, 2008).

Segundo a Declaração de Salamanca, sobre experiências realizadas em diversos países pode-se destacar que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é muito mais positiva dentro de escolas inclusivas, ou seja, que são direcionadas a todos os educandos da população. Assim, dentro deste contexto pode-se ressaltar que estes jovens irão conseguir maior êxito educacional se estiverem inclusos neste meio, obtendo então maior integração social, cultural e educacional.

Sabe-se que estes alunos com necessidades educacionais especiais carecem de uma maior atenção pois suas limitações tornam os problemas do meio acadêmico ainda maiores, e não só estes, como também as dificuldades encontradas no dia-a-dia e em atividades ditas como rotineiras. Conforme Reis e Ross, é de responsabilidade da escola adaptar seu ambiente e suas atividades para que o discente consiga obter mais êxitos e ir muito além dos seus limites. Porém, mesmo diante a este cenário de alunos com necessidades especiais e de uma rede escolar adaptada, os educadores não devem propor atividades de baixa complexidade para assim tentar diminuir as dificuldades destes indivíduos. Estes devem ser ensinados no mesmo nível dos alunos que não possuem estas necessidades, para que assim não se sintam incapazes de enfrentar tais situações, e para que não se sintam excluídos do contexto educacional e social.

O presente trabalho justifica-se através da importância do estudo e do conhecimento de todo histórico e processo de inclusão no meio educacional de pessoas portadoras de necessidades especiais, como estas alcançaram o meio acadêmico e quais as maiores dificuldades encontradas no processo de ensino aprendizagem.

Neste contexto apresenta-se como objetivo do projeto o estudo do processo de inclusão de jovens portadores de necessidades educacionais especiais no meio acadêmico e quais as condições deste para atendimento destes indivíduos.

2. METODOLOGIA

Desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, realizada através da revisão bibliográfica disponível sobre o tema abordado. Também efetuou-se um estudo teórico-prático sobre os projetos realizados pela Universidade Federal do Pampa – Uruguiana/RS.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Com o surgimento de políticas públicas que visassem a inclusão de alunos deficientes no ambiente acadêmico, foi preciso desenvolver estratégias para a permanência dos mesmos na universidade. Assim de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, têm-se que: “Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” E “Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.”

No entanto sabe-se que de acordo com o Estatuto é dever não só da família, como também do Estado, da comunidade escolar e de toda sociedade o direito a educação de qualidade, sem negligência, discriminação e/ou preconceito, a estas pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais.

Neste contexto a Universidade Federal do Pampa apresenta como projeto o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NINA), o qual é um órgão suplementar, de natureza institucional, vinculado à Reitoria da Universidade Federal do Pampa, este é o setor responsável pela articulação de ações visando contribuir com a definição, desenvolvimento e implantação de políticas de inclusão e acessibilidade na instituição. A atuação do NINA está voltada para os alunos que apresentam: deficiência na(s) área(s) auditiva, visual, física, intelectual e/ou múltipla; Transtornos Globais de Desenvolvimento – TGD, altas habilidades/superdotação e dificuldades específicas de aprendizagem que requeiram Atendimento Educacional Especializado. Este propõe garantir e assegurar a permanência desses alunos com necessidades no ensino superior. A permanência dá-se através do diálogo, atendimento individual, de acordo com a necessidade de cada estudante. Além disso, é necessário viabilizar o acesso desses estudantes, como por exemplo através de rampas, salas adaptadas, elevadores, etc.

Assim percebe-se a importância de todas essas medidas para a permanência desses discentes no meio acadêmico, principalmente de nível superior, porém sem em nenhum momento diminuir o nível de ensino a estes, para que suas habilidades não sejam subestimados e estes não se sintam discriminados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização do estudo pode-se destacar a grande importância da inclusão de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais no meio acadêmico, o quão difícil foi a luta para a interação destes no meio educacional, diante de todo preconceito e falta de informações da sociedade. Também destaca-se a falta de estrutura e conhecimento por parte das redes educacionais.

No contexto atual, percebe-se que o meio acadêmico já encontra-se melhor adaptado para receber estes indivíduos, porém, ainda existem muitas barreiras a serem ultrapassadas para a melhora na qualidade do ensino aprendizagem desses alunos, sabendo que muitas vezes as necessidades especiais se tornam mais difíceis de serem enfrentadas a partir da dificuldade da sociedade em não saber lidar com estas do que do próprio organismo deficiente.

Não podemos ignorar o que está a nossa volta e faz parte do nosso cotidiano, nosso sistema educacional precisa atentar para a educação inclusiva, para a quebra do preconceito e da discriminação, precisamos que os nossos ambientes escolares sejam lugares onde o aprendizado, a educação e o tempo de cada estudante seja valorizado, para que estes se sintam pessoas capazes de viver uma vida normal, em um estado de bem-estar físico, mental e social.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica / Secretaria da Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

Estatuto da pessoa com deficiência – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. [acesso em: 30 de setembro de 2017]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf?sequence=1>

REIS, R. L.; ROSS, P. R.; *A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular*. 2008.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha. Entre 07 e 10 de junho de 1994.

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Núcleo de Inclusão e Acessibilidade. [internet] 2014. [acesso em: 30 de setembro de 2017]. Disponível em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/nina/apresentacao/sobre-o-nina/>